

CORPOS E MENTES DISCENTES: PRÁTICA EDUCACIONAL, SEXUALIDADES E CRENÇA RELIGIOSA¹

Autor (1) Joalice S. Conceição²
Universidade Federal Fluminense

joaliceconceicao@gmail.com

Coautor (1) Davison J. Calixto³
Universidade Federal Fluminense

davison.calixto@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho visa investigar se as compreensões de sexualidades e religião dos professores acabam por interferir na orientação sexual dos discentes. A abordagem é de caráter teórico-reflexivo, com base no projeto de pesquisa PIBIC, intitulado, “*As concepções de gênero/sexualidade e religião na prática docente*”. A investigação foi desenvolvida em escolas públicas de ensino fundamental I e II do município de Santo Antônio de Pádua, RJ. Intenta ainda discutir como as mencionadas concepções permeiam a prática docente, de modo a interferir no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, na medida em que se supõe que haja negação da diversidade sexual e religiosa na escola, privilegiando, respectivamente, aspectos biológicos e cristãos. Além de enaltecer atitudes preconceituosas, estereotipadas e discriminatórias que por vezes humilham e excluem determinados indivíduos. O método utilizado foi qualitativo, com as técnicas de observação e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam para a presença do racismo, a falta de formação dos professores para a diversidade sexual e religiosa como disseminadores e perpetuadores de preconceitos, estereótipos, desigualdades de gênero/sexualidades e religião. Assim, esperamos contribuir para a desconstrução de estereótipos em relação aos corpos *queers* no ambiente escolar.

Palavras-Chave: Sexualidades. Religião. Preconceitos. Prática Docente.

Introdução

O presente artigo que ora apresento, resulta do projeto de pesquisa, intitulado como *As Concepções de Gênero/Sexualidades e Religião na Prática Docente*. O objetivo primordial que pautou a investigação foi compreender as concepções docentes acerca das questões relativas aos gêneros, às sexualidades e à religião, assim como os sentidos

¹Este artigo apresenta parte dos resultados do Projeto de pesquisa, por mim *coordenado As Concepções de Gênero/Sexualidades e Religião na Prática Docente*, financiado pelo CNPq, com a bolsista Camila A. S. Nogueira e os alunos voluntários Davison J. Calixto e Julio Cezar P Araújo.

² Prof^a Adjunta em Antropologia da Universidade Federal Fluminense; Doutora e Mestre em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Possui pesquisas e trabalhos publicados nas áreas de Gênero, Masculinidades, Feminilidades, Religião, Performance e Educação para as Relações Étnico-Raciais; Coordena o AZANIA – Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero/Sexualidade, Raça, Classe, Performance e Religião. Publicou o livro *Irmandade da Boa Morte e culto de Babá Egum: Masculinidades, Feminilidades e Performances Negras* (2017); Além de artigos sobre Gênero, Religião e Educação Étnico-Racial.

³ Graduando em Licenciatura plena em Pedagogia; Foi bolsista PIBIC/CNPq na primeira fase e voluntário nas demais etapas do projeto acima mencionado; É integrante do AZANIA – Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero/Sexualidade, Raça, Classe, Performance e Religião.

envolvidos que influenciam na prática docente⁴ e na construção da visão de gênero dos educandos, de ambos os sexos, vinculados às escolas públicas da cidade de Santo Antônio de Pádua no Rio de Janeiro. O projeto de Iniciação Científica (PIBIC /CNPq), acima mencionada, fez parte das atividades de extensão da Universidade Federal Fluminense, campus da referida cidade, localizada no Noroeste Fluminense, entre os anos de 2016 e 2017. A investigação envolveu 1 bolsista e 2 voluntários, 4 professores e 2 diretores. Contou ainda com conversas informais de funcionários das escolas pesquisadas. As escolas atendem alunos e alunas com idade entre 10 a 15 anos, que correspondem ao sexto e nono ano do período escolar. Em sua maioria, os alunos pertencem aos extratos sociais mais populares.

Durante o campo, objetivos subjacentes permearam a investigação, dando especial atenção às interseccionalidades entre educação, sexualidade e religião tais como:

- Investigar até que ponto o conceito de gênero, como categoria genérica, auxilia ou não aos educandos na definição das concepções de sexualidades;
- Verificar de que modo o conjunto de informações sobre os gêneros são produzidas e disseminadas entre os discentes;
- Diferenciar, através dos dados empíricos, os elementos que estruturam e legitimam as formulações dos professores, sobre gênero, sexualidades e religião, sobretudo, nos casos que os educandos parecem está fora da heteronormatividade, dentre outros.

Para melhor compreender as questões prementes da investigação, usamos o método qualitativo com a técnica de entrevista semiestruturada presencial, por entender que esta resulta no encontro entre o pesquisador e pesquisado, momento em que é possível apreender nuances corporais que podem dizer muito mais que palavras faladas ou escritas. A aplicação da metodologia envolveu algumas etapas, tais como: a) pesquisa bibliográfica sobre o tema; b) pesquisa exploratória e visita às escolas; c) Reunião com professores e direção para explicar melhor os propósitos da pesquisa. É óbvio que estando no ambiente escolar, observamos o comportamento das pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem e já ali, podemos perceber alguns indícios daquilo que viria a ser abordados nas entrevistas e conversas informais; d) Observação em sala de aula das duas escolas. Desde logo é bom salientar, que as fases supracitadas serviram de

⁴ Por se tratar de um tema ainda considerado tabu e por ser Santo Antonio de Pádua, uma cidade muito conservadora, pequena com poucas escolas pública e privada, resolvemos omitir os nomes das escolas, dos professores e diretores, com intuito de preservar a identidade dos colaboradores.

base para a formulação do rol de perguntas do roteiro da entrevista semiestruturada. Por fim, seguimos com a análise dos dados empíricos coletados.

A importância da reflexão diz respeito ao fato da investigação, salvo engano, ser pioneira na iniciação científica no campo antropológico e educação em escolas do município de Santo Antonio de Pádua. A partir das primeiras visitas e das narrativas dos docentes, gestores e pessoal de apoio, verificou-se mudanças no comportamento dos envolvidos, especialmente quanto ao trato de alguns discentes. A curiosidade pela temática foi o fio condutor para a produção de conhecimento, por vezes em momentos de descontração no ambiente escolar, os indivíduos ali envolvidos falavam e se comportavam com certa naturalidade, esquecendo-se de que éramos pesquisadores, o que facilitou apreender e analisar discursos e comportamentos que não estavam necessariamente nas questões elencadas nas entrevistas. Deste modo, interessa-nos aqui, refletir sobre alguns dados que surgiram a partir da investigação, com o intuito de ampliar a discussão sobre as sexualidades e as religiões na prática docente. Outro motivo que nos levou à formulação do projeto foi o fato de que grande parte dos professores e quadro de funcionários das escolas paduanas serem formados por evangélicos pentecostais e neopentecostais, o que nos levou a crença de que tal pertencimento religioso pudesse acarretar interferência nas informações relativas às sexualidades, e, conseqüentemente, no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo dos *corpos desviantes*.

Discussão Teórico-Metodológica como auxílio à Compreensão

Não obstante, ser a Antropologia um ramo das Ciências Sociais que tenta se mostrar neutra ao falar de indivíduos genéricos, na verdade, participa do jogo de construção da diferença de mulheres e homens em relação à esfera dominante de gênero, em que as primeiras ficam prejudicadas. Desta perspectiva, a definição do que é homem ou mulher continua a ser ponto premente para uma discussão, face aos novos entendimentos propostos pela *Teoria Queer*, em que a orientação sexual ou de gênero dos indivíduos são resultantes de construções e desconstruções sociais variáveis, a partir dos diferentes papéis sexuais desempenhados.

A desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos pólos. Trabalhando para mostrar que cada pólo contém o outro, de forma desviada ou negada, a desconstrução indica que cada pólo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido. A operação sugere também o quanto cada pólo é, em si mesmo, fragmentado e plural. Para os teóricos/as *queer*,

a oposição heterossexualidade/ homossexualidade – onipresente na cultura ocidental moderna – poderia ser efetivamente criticada e abalada por meio de procedimentos desconstrutivos. (LOURO, 2001, p.548).

Portanto, a orientação sexual ou de gênero não se limita ao essencialismo biológico, (PRECIADO, 2014). As características físicas e morais, os atributos empregados ao sexo, dizem respeito às opções culturais e sociais. Essa condição foi constada em classe, quando o docente na aula de biologia informa aos educandos a existência de dois sexos. Além disso, há uma evocação do nome de Deus para impor medo aos mesmos. Ser homem ou ser mulher resulta do embricamento social, ligando-se aos sistemas educativos e aos modos de vida de cada sujeito, (WEEKS, 2016). Neste sentido, o conceito de gênero corriqueiramente utilizado, não é neutro é imbricado em hierarquias viciadas e hegemônicas; ***o conceito de gênero mais palatável diz respeito à subversão, à instabilidade, à problematização e ao caráter relacional***, que deve apontar para as desigualdades e diferenças dos papéis desempenhados pela orientação sexual que cada indivíduo escolha viver.

Sabemos, pois, que parte dessas apreensões é fruto, principalmente, dos ensinamentos transmitidos quer pela família quer pela escola. Deste modo, a escola acaba por reproduzir ou reforçar o binarismo que sempre tomou conta da ciência (CONCEIÇÃO, 2017). Isso mostra, que a construção das categorias de gênero, especialmente das sexualidades e as noções religiosas, é configurada a partir de um conjunto de fatores e situações em que o meio social é fulcral. Para Louro (1999, p.10), “A teoria queer permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação”.

De forma sistemática, os temas relacionados à sexualidade são constantemente invisibilizados no espaço escolar. Quando o assunto abordado é sobre as sexualidades, na maioria dos casos, o que se observa é o silêncio para questões que acompanham os indivíduos por toda vida. Ao contrário, grande parte das escolas trata esse tema na perspectiva da heterossexualidade, do essencialismo biológico e binário. Tal atitude, com efeito, leva à desqualificação e à exclusão de outros modos de vivê-la. (LIONÇO; DINIZ, 2009). Além disso, a abordagem da escola sobre essa temática cria outros entraves e conflitos. O primeiro diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, que não nomeiam a diversidade sexual existente na nossa sociedade, ao contrário, diluem os diversos grupos à apenas uma categoria *diversidade* ou *gênero*,

esquecendo-se do que propõe o Conselho Nacional de Educação, na Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, no capítulo II, Art.º 5º, Inciso VIII:

Com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade; VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras. (BRASIL, 2015, P. 6).

Já o segundo conflito, refere-se às concepções religiosas dos professores e dos gestores que acabam por limitar a sexualidade como forma de reprodução, alegando que esse assunto não diz respeito à escola e sim à família. Na maioria dos casos, as escolas não contribuem adequadamente com os assuntos relativos aos gêneros. [...] a escola, como instituição e da forma em que está organizada, não permite a aparição desses diversos elementos da cultura no interior dos muros e tenta uniformizá-los, ao ignorar, refrear, paralisar as diferenças e os paradoxos aí postos. (SILVA JUNIOR, 2010, p.49).

Nesse contexto, citamos o caso de um aluno que fora ofendido dentro do ambiente escolar, tendo sido chamado de “nego do bozó”, a direção ao ser questionada pela mãe do agredido, ouviu a seguinte argumentação:

Mãe, seu filho já lhe falou quantas vezes eu sento para conversar? Aí eu digo: se conselho fosse bom a gente não dava, a gente vendia. Às vezes eu sento com seu filho, não peço para ele mudar o jeito dele de ser, mas só fico perguntando a ele se ele está preparado para ouvir os comentários, porque ele não pode agredir ninguém por causa de um comentário maldoso das pessoas. Ele precisa saber o que ele quer da vida dele.

Percebe-se na fala da direção, que mais uma vez o aluno violentado inicialmente, é culpabilizado por se defender de uma agressão sofrida. Sabemos que não compete somente à escola cuidar de assuntos que dizem respeito à religiosidade e sexualidade, mas por se tratar de um espaço onde vários sujeitos diversos e plurais convivem diariamente, não podemos omitir o dever que esta carrega, principalmente de problematizar sobre questões pertinentes às escolhas e o lugar do outro. Durante muito tempo, o Estado e suas políticas educacionais, garantiu que apenas um segmento religioso fosse privilegiado, a saber – o catolicismo; hoje, esse segmento disputa com o pentecostal e neopentecostal, o que conseqüentemente, acaba por invisibilizar a existência de outras religiões, demonizando, principalmente, crenças de matrizes africanas.

Promover atitudes discriminatórias, emitir juízo de valor ou desqualificar o outro por ser diferente, leva à desigualdade e prejuízos psicológicos na vida prática, é neste contexto que se insere a escola. Aliada com a educação e a conscientização, esta deveria ser uma

ferramenta possível para coibir atitudes e comportamentos preconceituosos, com o intuito de fazer valer o compromisso com a igualdade e a diversidade, mas o que a pesquisa revelou foi a existência de uma intencionalidade segregacionista, em relação a aqueles que, de alguma maneira, não se encaixam no padrão imposto pela instituição escolar.

Como, pois, podemos pensar a matéria dos corpos como uma espécie de materialização governada por normas regulatórias – normas que têm a finalidade de assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual na formação daquilo que pode ser legitimamente considerado como um corpo viável? (BUTLER, 2016, P.171).

Neste sentido, torna-se imprescindível pensar a educação de qualidade, com respeito às individualidades, capaz de fomentar a inclusão da diversidade sexual na prática e no currículo escolar. Uma educação nesses moldes só será possível quando houver respeito às diferenças e que reconheça as especificidades étnicas, religiosas, raciais, e a livre orientação sexual, isto é, uma **educação como categoria relacional**. Um currículo comprometido com a justiça, a equidade, a solidariedade, a integridade, o autorrespeito, enfim, uma escola que leve em conta a alteridade (FIGUEIRÓ, 2001).

Ainda sobre às sexualidades, as proposições e proibições impostas aos educandos, levam-nos a suposição de que uma direção escolar acredita haver apenas dois modos de vivenciar às sexualidades, assim como aponta para a naturalização de duas formas de vivenciar às religiões (BIANCON, 2005). Deste modo, a escola vem ao longo da história tornando-se um dos espaços mais difíceis para falar sobre este assunto. A escola nega e ignora, por exemplo, a homossexualidade, restringindo as oportunidades para que adolescentes reconheçam ou assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos, (LOURO, 2016). Isso acontece, porque as práticas sexuais foram naturalizadas e utilizadas para controlar o corpo dos sujeitos, limitando as possibilidades da expressão da diversidade sexual. Ademais, as influências religiosas, em sua grande maioria, colocam as sexualidades no âmbito da reprodução e outras manifestações são classificadas como nefastas e/ou pecaminosas. Tais distorções podem acarretar implicações nas escolhas afetivas dos educandos, na medida em que **a sexualidade é construída socialmente** e a escola exerce grande influência na construção da identidade de gênero ou sexual. Nos últimos tempos, cresce a passos largos, a ideia de implementação do projeto *Escola sem Partido*, com clara tentativa de coibir o ensino das sexualidades, contudo há que se considerar que:

No caso da escola, compreende-se que meninos e meninas, homens e mulheres não são receptores passivos dos processos reprodutivos desenvolvidos para anular, vigiar, escolarizar o corpo. Tais práticas vêm sendo questionadas por muitos alunos e alunas professores e professoras nas salas de aula. Tem-se no corpo uma forma de questionar os discursos e os lugares próprios e estabelecidos, refletindo sobre a necessidade ou possibilidade de não pertencimento a esses lugares ou, até mesmo, de estar na fronteira, a partir da crise de legitimidade, de individualização e por um discurso civilizador do corpo. Percebe-se que o caminho é longo para a desestabilização dos discursos produzidos e reproduzidos pelas práticas culturais, pois a cultura também tende a condicionar a visão de mundo, o certo e o errado, o lugar e o não lugar, o dentro e o fora dos padrões sociais. (DIAS, 2015, P. 76).

Não obstante, as grandes discussões sobre a diversidade sexual e religião nas mídias, a citação de Dias (2015) é atual, dada a outra face que se apresenta no cotidiano, são diversas violências sofridas tanto pelas pessoas julgadas fora dos padrões normativos religiosos e das sexualidades. É triste constatar que ainda há uma distância significativa entre o desejo de uma sociedade livre e as amarras do sexismo, da homofobia. Observamos na narrativa de uma coordenadora para quem as vezes as religiões de matrizes africanas sequer eram consideradas; tudo girava entre o católico e evangélico, invisibilizando por completo a atuação do viés africano no rol de religiões praticadas no Brasil. Ficou constatado que a educação, pelo menos naquelas escolas, não cumpre o papel de fazer com que o ser humano produza a si mesmo com as ideias, valores, símbolos, hábitos, atitudes e as habilidades que o torna distinto de outros indivíduos (BARROS, ET AL. 2011).

Resultados e Discussão: O Que Dizem os Dados da Pesquisa

A partir dos dados levantados por meio da entrevista semiestruturada, percebeu-se que os conteúdos relativos ao gênero/sexualidades, quando abordados, eram tratados de maneira genérica, binária, com particularidades de cada professor, ainda que a direção e os docentes negassem que suas concepções religiosas e de sexualidades interferissem em sua prática; os comportamentos e atitudes deixam entrever que na verdade, *o docente quer conformar ou disciplinar o corpo e a mente do aluno, cooptando-o para seguir* valores e crenças a ele pertencentes. O Estudo reitera o silêncio em relação aos temas, tendo em vista que, a sexualidade e/ou negação da diversidade sexual e religiosa na escola, sempre foi assunto pouco discutido, fato que contribui para o enaltecimento de atitudes preconceituosas que ocasionam uma série de conflitos e discriminações, que vão desde piadas, apelidos, xingamentos e brincadeiras que levam à exclusão e humilhações de determinados indivíduos. A partir do trabalho

de campo, podemos acrescentar que o que se considerava, homofobia, racismo, sexismo e tantas outras formas violentas de *diferenciar o Outro*, ganha nova roupagem, nomeando-os como *Bullying*⁵, buscando assim omitir o caráter perverso dos comportamentos desiguais empregados às pessoas igualmente diferentes. É preciso introduzir a temática da diversidade sexual e religiosa na escola.

O processo de investigação para além dos dados que ela produziu, possibilitou uma série de informações que tantas vezes auxiliaram na conjuntura formada, para basilar os dados que desvelaram os resultados. O bom relacionamento da equipe do projeto-PIBIC com os professores e gestores entrevistados foi importantíssimo para a concretização das informações que seguem.

Ainda sobre a hipótese de que as concepções de gênero/sexualidades e religiões dos professores influenciariam no processo de aprendizagem dos docentes, de certa forma, foi confirmada, pois em algumas entrevistas realizadas mostram a maneira como os docentes se comportam na presença dos alunos que, segundo eles, dizem não gostar de meninas. Os docentes ressaltavam falas e gestos, atitudes consideradas por eles como femininas; Um dos alunos era estigmatizado por grande parte da sala de aula, assim como pela docente. *Ele fala desse jeito para chamar a atenção; daí a turma ri dele; ele fica bravo, responde; faz uma bagunça danada! Esse aluno vive dando porque a turma tira “sarro” dele, falam que ele não gosta de menina e eu também acho.*

A professora ao ser questionada pelo pesquisador se ela teria certeza da escolha afetiva do aluno, ela diz no diálogo que se segue:

Professora: –*Você vai ver. Vai reconhecer na sala de aula.*

Entrevistador/a: –*Como podemos reconhecer o aluno?*

Professora: –*Ele é escandaloso, fala alto, com a voz fina, parece mulher.*

O pequeno diálogo acima traz uma série de apontamentos de estereótipos que marcam as percepções da docente, principalmente, em relação ao universo feminino, citando características que a mesma classifica como depreciativas atribuídas às pessoas consideradas por ela, como desviantes: *Parece mulher!*

⁵ Como bem expressa o radical da palavra inglesa *bully* associa-se ao corresponde brasileiro “valentão”. Quando acrescentamos o gerúndio, tornando-se o conceito *bullying*, que diz respeito a uma ação negativa, individual ou coletiva, que expõe o outro. A ação é intencional e constante e visa causar, ou tentar provocar danos morais, sofrimento e mal-estar a uma pessoa. No caso das religiões de matrizes africanas e as sexualidades essas atitudes não podem ser classificadas como bullying e sim como racismo, homofobia, preconceito em que o algoz busca a inferiorização de outrem.

É fácil concluir que nesses processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade. O reconhecimento do “outro”, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar que ocupamos. (LOURO, 2016, p.15).

Embora, inicialmente, os docentes entrevistados negassem haver tratamento diferenciado no trato das sexualidades e das questões religiosas em sala de aula, durante as entrevistas notamos o desconforto por parte de alguns, ao falar sobre tais questões. Além disso, as escolas investigadas realizam no início dos turnos as “orações pelo Brasil” e o “Pai-Nosso”, ambas de cunho católico, o que nos faz lembrar os tempos da ditadura militar das décadas de 60 70⁶. Fica claro que, silenciosamente, o espaço educacional pesquisado, introduz uma sexualidade que julga correta nos discentes, esquecendo que, este ambiente, deveria ser laico, cabendo a este, amparar a diversidade sexual. Obviamente, foi notado que há um descumprimento da legislação educacional que regulamenta tais questões.

No questionário aplicado relacionamos 22 questões, porém, optamos por analisar mais detalhadamente 3 questões, por entender que elas resumem o que pretendíamos observar. A primeira questão é: *Você considerar que as suas concepções religiosas e de sexualidades influenciam na sua prática docente?* Como resposta à questão, inicialmente todos os entrevistados foram unânimes em dizer que suas concepções não influenciavam, justificando que respeitavam a crença de cada aluno, indo assim de acordo com a legislação educacional que trata sobre a diversidade na escola. Contudo, de forma velada, as narrativas passavam a mensagem de que cada um professava um credo religioso e que este deveria ser seguida por seus alunos; inclusive essa crença permeava a forma como cada um/a vivia a sexualidade.

Outra pergunta feita foi: *Você acha que suas concepções acerca das sexualidades e religião influenciam na aprendizagem dos alunos?* A esse questionamento 5 dos 6 entrevistados também responderam que não influenciavam, mas observamos que alguns

⁶ No ambiente escolar essas atitudes têm crescido abundantemente com a discussão do movimento *Escola sem Partido*, criado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib, pais de alunos, uma pequena parcela de professores que, dentre outras coisas lutam contra doutrinação ideológica nas escolas. Conquanto, cabe ressaltar que este projeto, indubitavelmente apresenta visão equivocada acerca do estudo das sexualidades das religiões. Grosso modo, o movimento quer que o estudo das religiões se limita ao cunho cristão e as sexualidades reduzidas ao binarismo e a função reprodutiva, invisibilizando a multiplicidade existente sobre as temáticas.

alunos abaixavam a cabeça quando eram abordados sobre estes temas. Notadamente, esses alunos professavam crença religiosa divergente daquela do entrevistado. Também é importante salientar que, talvez não ocorra prejuízo no que tange aos conteúdos práticos ministrados, mas o prejuízo acarretado pode ser de ordem subjetiva e psicológica. Observamos que alguns entrevistados fazem apelo de ordem moral e emocional para chamar atenção do aluno; outros usam o nome de Deus para impor medo aos alunos sobre determinados comportamentos. Um professor discorda do restante do grupo, pois ele diz que a prática educativa não é neutra e, portanto, os docentes acabam por influenciar de alguma maneira essa prática. O docente discordante dos demais professores, também salientou que na maioria dos casos, os profissionais trabalham confrontando suas concepções com outras práticas de religião e sexualidades, já que eles julgam que suas escolhas são as corretas, e isso, acaba por interferir nas escolhas dos discentes. Ademais, a temática da sexualidade na escola cria outros entraves e conflitos. O primeiro diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica que não nomeiam a diversidade sexual existente na nossa sociedade, ao contrário, diluem os diversos grupos à apenas uma categoria “diversidade” ou “gênero”, esquecendo-se do que propõe o Conselho Nacional de Educação, na Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, no capítulo II, Art.º 5º, Inciso VIII, já mencionado., portando urge a inclusão das concepções quer no currículo escolar.

De modo geral, apenas 5 dos 6 **docentes entrevistados, admitiram que têm dificuldade de abordar os temas da religião e das sexualidades em sala de aula.** Os mesmos justificaram que não possuem formação para tratar as temáticas. Disseram ainda, que **o período ideal para abordar é a partir do sexto ano, haja vista que, para eles, os alunos possuem certa maturidade.** Em se tratando do docente que discorda dos demais entrevistados, este afirma que os temas abordados devem ser levados para a sala de aula desde o início da escolarização do aluno, tendo em vista que, as realidades, sejam elas quais forem, devem ser inseridas no processo de ensino-aprendizagem, pois se trata de seres humanos constituídos na sua integralidade, sendo as sexualidades e a religião, dimensões que envolvem a vida das pessoas. Este docente também enumera que tais concepções, acabam por influenciar os discentes, mas que ele busca fortemente ser imparcial no trato dos temas, pois entende que o papel do professor é informar e não fazer proselitismo sobre determinados temas.

Por fim, a terceira e não menos importante questão, versou sobre o seguinte: ***Você considera que a sua escola trata de maneira adequada as temáticas da religião e***

sexualidade? 4 dos 6 entrevistados disseram que sim, mas apontou que **não há cursos de formação para os docentes para os temas**. Já 2 dos 6 disseram que a **escola é omissa na abordagem desses assuntos**, sobretudo, no que tange ao material didático, considerado insuficiente, como mostra o fragmento de um dos professores:

Quando o assunto é a sexualidade, na maioria dos casos, o que se observa é o silêncio para questões que acompanham os indivíduos desde os primeiros meses de vida. Em contrapartida, quando o assunto é abordado, faz-se sob a perspectiva da heterossexualidade como a única forma de expressão sexual e obrigatória, prevalecendo o determinismo biológico. O tema, em se tratando de uma perspectiva de reconhecer as diversidades, encontra grande resistência por parte de coordenadores, diretores e em menor grau de alguns alunos. Isso eu posso dizer, porque trabalho em duas escolas em municípios diferentes, mas a realidade é a mesma!

A citação acima mostra a visão de alguém que está no chão da escola, que conhece a realidade do espaço educacional. Tal atitude, com efeito, leva à desqualificação e à exclusão de outros modos de viver a sexualidade, (LIONÇO; DINIZ, 2009).

Conclusões

Propomos neste artigo refletir sobre as concepções de gênero e religião na prática docente, sob a perspectiva dos professores e diretores de escolas públicas da cidade de Santo A. de Pádua, RJ. Porém, de acordo com os resultados obtidos, há questões subjacentes à centralidade daquilo que imaginávamos como resposta: **O racismo religioso, e a homofobia** aparecem como eixo central. **A vivência da sexualidade aparece como algo pecaminoso**, sendo tolerado apenas dentro das relações conjugais e para fins reprodutivos. Portando, tudo que foge a isso é considerado transgressor e subversivo.

Os papéis sexuais ou de gênero que os alunos possam desempenhar no futuro, recebem fortemente as influências da prática docente, mas é salutar pensar que o conhecimento ampliado sobre essas temáticas, pode possibilitar aos docentes e discentes olhar e transformar novos horizontes, posto que a história de cada pessoa é composta pelas experiências vivenciadas na interface da idade, raça, religião e sexualidades, construídas no bojo social (Scott, 1995). Oxalá não permita que as faces da vida do humano, apresentada por grande parte dos docentes envolvidos nesta investigação, não seja apenas a face a influenciar a vida sexual e religiosa dos discentes; torcemos que outros rostos sejam apresentados para fecundar discussões, a fim de permitir ampliar os

exemplos que auxiliarão na constituição do pensamento, das subjetividades edificadas nas dobras da natureza humana.

Referências Bibliográficas

BARROS, Zelinda. et. al. Educação e relações étnico-raciais. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. 3ª. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 151-172.

BIANCON, Mateus Luiz. A educação sexual na escola e as tendências da prática pedagógica dos professores. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005, p. 98.

BRASIL. Resolução CNE/CP 2/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Brasília, 2015. Diário Oficial da União de 2 de julho de 2015.

CONCEIÇÃO, J. Irmandade da Boa Morte e Culto de Babá Egum: *Masculinidades, Feminilidades e performances Negras*. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

DIAS. Alfrancio F. *Corpo, gênero e sexualidades Problematizando estereótipos*. In *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 16, p. 73-90, jan./jun. 2015.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio. Londrina: Eduel, 2001.

LIONÇO, Tatiana; DINIS, Débora. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? In: LIONÇO, Tatiana; DINIS, Débora (Org.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras livres: Edunb, 2009, p. 09-14.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. 3ª. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p 8-34.

_____. *Teoria Queer – Uma Política Pós-identitária para a Educação*. In: Revista Estudos Feministas: Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 541 – 553, 2001.

PRECIADO, P. Beatriz. Manifesto Contrassexual: Práticas Subversivas de Identidade Sexual. São Paulo: N-1 edições, 2014.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul. /dez. 1995.

SILVA JÚNIOR, Jonas Alves. Rompendo a mordaca: Representações Sociais de Professores e Professoras do Ensino Médio sobre homossexualidade (Tese de doutorado), São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2010.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. 3ª. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-81.